

# A PRÁTICA ESCRITURÍSTICA DE DAVID CALDAS NOS JORNAIS *O AMIGO DO POVO E OITENTA E NOVE* (1868-1875)

Rodrigo Thadeu Paiva Dias\*

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz\*\*

## RESUMO

David Caldas foi um proeminente jornalista, político e intelectual do Piauí oitocentista. Para além de sua atuação como republicano histórico – dimensão de sua existência mais explorada pela historiografia –, o autor foi um hábil intérprete de seu tempo. Através dos jornais *O Amigo do Povo e Oitenta e Nove*, busca-se neste trabalho analisar os escritos de Caldas publicados entre 1868 e 1875, percebendo-o como um sujeito histórico, que, através de sua atividade intelectual (como escritor, político e professor), buscou intervir no mundo que o rodeava. Para tanto, são estabelecidos diálogos com pesquisadores como Teresinha Queiroz (2011), Vinicius Leão Araújo (2021), Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022).

**Palavras-chave:** Piauí oitocentista, Imprensa, Política.

\* Rodrigo Thadeu Paiva Dias é Mestrando em História e Graduado pela Universidade Federal do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5908-8463>. E-mail: [rodrigothadeu20@gmail.com](mailto:rodrigothadeu20@gmail.com)

\*\* Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz é Doutora em História pela Universidade de São Paulo, Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná e Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é docente associada nível I da Universidade Federal do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1957-6686>. E-mail: [teresinhaqueiroz@bol.com.br](mailto:teresinhaqueiroz@bol.com.br)

## THE WRITING PRACTICE OF DAVID CALDAS IN THE NEWSPAPERS *O AMIGO DO POVO E OITENTA NOVE* (1868-1875)

### ABSTRACT:

David Caldas was a prominent journalist, politician and intellectual from 19th century Piauí. In addition to his function as a historical republican – a dimension of his existence most explored by historiography – the author was a skillful interpreter of his time. Through the newspapers *O Amigo do Povo* and *Oitenta e Nove*, this work seeks to analyze Caldas's writings published between 1868 and 1875, perceiving him as a historical subject who, through his intellectual activity (as a writer, politician and teacher), sought to intervene in the world around him. Therefore, dialogues are established with researchers like Teresinha Queiroz (2011), Vinicius Leão Araújo (2021), Thiago Krause and Rodrigo Goyena Soares (2022).

**Key-Words:** 19th century Piauí, Press, Politics.

## LA ESCRITA DE DAVID CALDAS EN LOS PERIÓDICOS *O AMIGO DO POVO E OITENTA NOVE* (1868-1875)

### RESUMEN:

David Caldas fue un destacado periodista, político e intelectual del Piauí del siglo XIX. Además de su papel como republicano histórico – dimensión de su existencia más explorada por la historiografía –, el autor fue un hábil intérprete de su tiempo. Desde los periódicos *O Amigo do Povo* y *Oitenta e Nove*, este trabajo busca analizar los escritos de Caldas publicados entre 1868 y 1875, percibiéndolo como una persona histórica, que, de su actividad intelectual (como escritor, político y docente), buscó intervenir en el mundo en su entorno. Para esto, se establecen diálogos con historiadores como Teresinha Queiroz (2011), Vinicius Leão Araújo (2021), Thiago Krause y Rodrigo Goyena Soares (2022).

**Palabras clave:** Piauí del siglo XIX, Prensa, Política.

A segunda metade do século XIX, no Brasil, foi um período marcado por agitações políticas, avanços materiais e embates no campo das ideias – estes, especialmente em torno de questões referentes ao funcionamento do Estado e à forma através da qual o governo imperial estava a lidar com pautas como a abolição e os desarranjos legislativos. No início dos anos 1870 ganharam força, através da ascensão dos republicanos, reivindicações em torno da troca de regime político (Krause & Soares, 2022).

O decênio anterior, nesse sentido, foi decisivo para o desenrolar dos processos e eventos que contribuíram para a queda da monarquia, em 1889. Durante a década de 1860, percebe-se a ocorrência de uma série de importantes acontecimentos que impactaram o Império nos domínios da sociedade, da política, da economia e das finanças. Entre os exemplos possíveis, destacam-se a criação da Liga Progressista,<sup>1</sup> a deflagração e o enfrentamento da Guerra do Paraguai, a crise financeira de 1864 e a queda do Gabinete Zacarias, em 1868.

No cenário internacional, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a abertura do Canal de Suez (que reduziu a distância da viagem marítima entre a Europa e a Ásia Meridional, sem que fosse necessário contornar o continente africano), bem como as guerras de unificação de Itália e Alemanha (ambas já em curso desde as décadas anteriores), davam àquele momento ares de período de transição: fortaleciam-se os Estados nacionais e o nacionalismo; além do que, os países progrediam do ponto de vista material, subsidiados pelo salto em suas indústrias e pelo desenvolvimento técnico-científico (Hobsbawm, 2019).

Atento a esse contexto, o piauiense David Moreira Caldas (1836-1879) deixou na cultura escrita registros sobre a forma como percebeu aquele momento da história. O jornalista se mostrou um observador atento ao período no qual estava inserido, tornando-se o mais ilustre defensor do regime republicano no Piauí dos anos 1860 e 1870. É esta, inclusive, a dimensão de sua existência mais explorada pela historiografia. Caldas nasceu na fazenda Morrinhos (localizada no atual município de Barras-PI). Foi jornalista, político, professor e funcionário público,<sup>2</sup> notabilizando-se especialmente por sua atuação nos jornais. Com formação em Direito frustrada (a sua tentativa no Recife foi interrompida antes mesmo da aprovação nos exames preparatórios,<sup>3</sup> em razão do falecimento de seu pai, em 1860), o autor retornou à terra natal e passou a atuar junto à imprensa periódica. Com relação à atividade como escritor, até onde se sabe, não publicou livros, mas deixou registrados em jornais centenas de textos que

<sup>1</sup> A Liga Progressista foi uma experiência política brasileira, iniciada no começo dos anos 1860, que uniu políticos liberais (descontentes com a predominância conservadora no poder) com conservadores dissidentes mais moderados, que romperam com os conservadores puritanos para formar a coalisão que, em 1862, derrubou Caxias da presidência do Gabinete de Ministros. A Liga Progressista teve como alguns de seus principais representantes Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Inácio Silveira da Mota, e teve termo em 1868, após a queda do gabinete de Zacarias de Góis.

<sup>2</sup> Como funcionário público piauiense, David Caldas atuou como professor da Escola Normal, oficial da Secretaria da Presidência da Província, oficial-maior da Secretaria do Governo, professor de Geografia e História do Liceu Piauiense; além de ter ocupado o cargo de deputado provincial, pelo Partido Liberal, entre 1868 e 1869 (Chaves, 2013, pp. 469-472).

<sup>3</sup> Os exames preparatórios eram a forma através da qual os estudantes se credenciavam para o ingresso nas escolas superiores. Começaram a ser aplicados no Piauí, ainda de maneira irregular, nos anos 1870. Somente a partir dos anos 1880 passou a haver regularidade na aplicação dos exames, que eram realizados no Liceu Piauiense sob forte fiscalização – o que não isentava o processo de acusações de fraude. Esse modelo de ingresso na educação superior, apesar de ser submetido a reformas, permaneceu praticamente o mesmo até 1911 (Queiroz, 2017, pp. 61-67).

compõem uma obra fecunda para a apreciação historiográfica e, mesmo, linguística (Chaves, 2013, pp. 469-472; Santos, 2024, pp. 39-41).

Neste artigo, para além do David Caldas republicano histórico, busca-se, a partir dos jornais *Oitenta e Nove* e *O Amigo do Povo* em textos publicados entre o final dos anos 1860 e o início dos anos 1870, estudar a sua atuação intelectual através da imprensa, percebendo-o como um homem de seu tempo e um escritor singular no tocante ao estilo. Sobre os jornais, ambos fundados por Caldas, Dayane Sampaio dos Santos faz a seguinte síntese:

Após o distanciamento do Partido Liberal e do jornal *A Imprensa*, centrou-se em seus jornais de cunho republicano *O Amigo do Povo* e, posteriormente, *Oitenta e Nove*. O jornal *O Amigo do Povo* iniciou sua circulação em 28 de julho do ano de 1868 em Teresina. Tratava-se de periódico político, de autoria de David Caldas, publicado duas vezes ao mês e poderia ser distribuído gratuitamente àqueles que soubessem ler e quisessem buscá-lo na tipografia na qual era produzido. Essa informação aparecia no cabeçalho do jornal e comprova o empenho desse jornalista em ser lido e o quanto desejava que suas ideias chegassem ao maior número possível de pessoas daquela sociedade, por isso, facilitava o acesso ao seu periódico (Santos, 2023, p. 244).

Através de metáforas e analogias, da invenção de apelidos para os adversários políticos e de notáveis conhecimentos históricos, o autor lançou mão de impressos que saíam do prelo acompanhados pela esperança de que causariam impactos na sociedade e na política piauienses. Segundo Ana Regina Rêgo, o jornal *Oitenta e Nove* chegou a ocupar o posto de terceiro maior periódico da província, atrás apenas dos órgãos oficiais dos partidos Liberal e Conservador, o que demonstra terem as ideias de Caldas repercutido significativamente no Piauí do período (Rêgo, 2001, p. 107). Para a pesquisadora, *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove* eram bastante semelhantes no tocante ao conteúdo. Quando este substituiu aquele, portanto, continuou “[...] o mesmo estilo do jornal anterior, ou seja, com artigos a favor da república e democráticos, denúncias concernentes à situação do Brasil e ao governo monárquico, críticas à Casa Imperial e à figura do imperador, embora mais amenas” (Rêgo, 2001, p. 115).

Os textos analisados neste trabalho podem ser lidos a partir da noção de prática escriturística formulada por Michel de Certeau. Segundo Certeau, os intelectuais procuram, a partir da ponta de suas penas, ordenar racionalmente a realidade. Eles assumem o lugar de observadores lúcidos e providos de autoridade, capazes da construção de uma ordem na mecânica caótica e imprevisível do cotidiano, havendo uma tentativa de significar ou ressignificar, através de sua prática escriturística, as realidades analisadas (Certeau, 1994, pp. 224-226). A partir dessa perspectiva, percebe-se que David Caldas utilizou a escrita como instrumento de atuação política e de transformação social.

A constatação é evidenciada pela preocupação que o autor demonstra com os setores mais pobres da sociedade piauiense. Em 1868, quando era deputado provincial, David Caldas chegou a apresentar aos seus pares um projeto que propunha auxílio do poder público para a substituição das coberturas de palha por telhas nas casas cujos proprietários não pudessem realizar a obra com recursos próprios e que tivessem “amor pelo trabalho e suficiente moralidade” – entre alguns outros pré-requisitos, como determinadas especificidades estruturais nas residências (Caldas, 1868, 15 de abril, p. 1). Pode-se também mencionar as críticas do jornalista à forma como se deu o recrutamento para a Guerra do Para-

guai: “O recrutamento constitui no Brasil uma exceção odiosa nas nossas leis, contra a classe menos favorecida: porquanto, unicamente sobre os filhos dos desvalidos ou dos homens mais pobres é que a algema pesa com toda a sua crueza e ignomínia!” (Caldas, 1870, 17 de agosto, pp. 1-2). Em outra oportunidade, já no ano de 1870, David Caldas denunciou n’*O Amigo do Povo* um caso de violência policial ocorrido no interior do Piauí, no qual uma menina foi violentada sexualmente: “A polícia que surra, esbordea, e exerce toda sorte de violência (...) e é natural que necessite de distrair-se, embora violando a honra de pobres órfãs” (Caldas, 1870, 17 de novembro, p. 3).

Os casos explicitam a preocupação de David Caldas para com as questões sociais; e demonstram que o autor fez da palavra escrita vetor de suas reivindicações e forma de interferir na realidade. Mesmo em relação ao projeto apresentado à Assembleia Provincial, o autor buscou através da imprensa dar publicidade à sua iniciativa, lançando mão dos impressos para potencializar o alcance de suas ideias. A atitude pode ser interpretada de diferentes formas, que vão desde a autopromoção até a tentativa de pressionar os outros deputados pela aprovação do projeto. É certo, no entanto, que do lugar de político liberal (e, a partir de 1870, republicano), David Caldas buscava com suas críticas atingir a monarquia e os seus representantes no Piauí; assim como a forma através da qual o regime dirigia as instituições do Estado. Nesse sentido, havendo pessoas desassistidas pelo poder público – e mesmo vítimas dele –, deveriam ser responsabilizados os sujeitos que ocupavam posições de mando. No topo da hierarquia, portanto, estava o representante maior da nação.

Durante os anos 1860, a imprensa também foi utilizada pelos representantes do governo imperial na tentativa de arregimentar tropas para a Guerra do Paraguai. Segundo o historiador Johnny Santana de Araújo, durante a campanha de mobilização, a elite política e intelectual piauiense percebeu a necessidade de que um conjunto de ideias que estimulasse o patriotismo e o sentimento de dever alcançassem considerável parcela da população do Piauí. A província, entretanto, possuía elevados níveis de pobreza e analfabetismo – em um contexto no qual poucos tinham acesso à instrução formal. Araújo entende que a palavra escrita publicada nos jornais encontrava na oralidade uma poderosa forma de transmissão. As conversas na porta de casa, a propaganda falada e a comunicação entre transeuntes eram algumas das maneiras de fazer circular ideias e informações. Desse modo, o analfabetismo “não era um empecilho fundamental para o acesso ao que era publicado” (Araújo, 2015, p. 111). As ideias republicanas registradas por David Caldas nos jornais, portanto, não ficavam exclusivamente restritas ao público leitor. Tampouco se tornavam reféns de um vetor material. Elas circulavam e eram decodificadas através de formas alternativas de acesso aos textos.

Dom Pedro II, nos escritos de David Caldas, por vezes se confunde com o regime. O piauiense faz críticas personalíssimas ao imperador, descrevendo o monarca, bem como a família imperial como símbolos da decadente monarquia e empecilhos para o estabelecimento da República. Nas páginas d’*O Amigo do Povo*, Dom Pedro II se tornou Bibiano (um de seus nomes do meio, provavelmente considerado atípico e um tanto embaraçoso à época) e a princesa Isabel era casada com Conde d’Eu, um pronome pessoal (Caldas, 1869, 12 de novembro, p. 2; Caldas, 1869, 21 de dezembro, pp. 1-2). As referências jocosas demonstram a qualidade retórica de David Caldas, que também se aventurou pelo campo das disputas simbólicas. Ao reclamar de possíveis perseguições sofridas por políticos liberais

em todo o Brasil, por exemplo, o autor pragueja contra o imperador, fazendo-lhe votos de calvície: “O *Amigo do Povo* limita-se [...] a desejar que por cada vítima liberal praça a Deus que caia um cabelo da cabeça do Sr. D. Pedro II, de sorte que em breve fique ele feito o mais respeitável careca do mundo” (Caldas, 1868, 17 de dezembro, 1868).

Percebe-se em David Caldas certo ressentimento pela forma como Dom Pedro II manejava a alternância entre liberais e conservadores no Poder Executivo. Era atribuição do imperador, em virtude do Poder Moderador, a nomeação do presidente do Gabinete de Ministros, assim como a dissolução do governo e da própria Câmara dos Deputados, quando fosse constatada necessidade em razão de completa falta de governabilidade; ou quando o Estado estivesse em risco. A administração pública imperial funcionava como uma teia muito bem articulada – mas em muitas ocasiões ineficiente, do ponto de vista da prestação de serviços burocráticos básicos e da moralidade no trato com a coisa pública. Em síntese, o imperador escolhia o presidente do Gabinete de Ministros; o presidente do Gabinete definia os seus ministros, com o aval do imperador; o governo nomeava os presidentes das províncias e estes atuavam no sentido de tornar o mais previsível possível o resultado das eleições. E da forma como eram realizadas as eleições, sob dúvidas quanto à lisura, observa-se que o governo tinha uma maior facilidade para eleger correligionários e formar uma base na Câmara. Esse sistema esteve muito bem estabelecido nos anos 1850, época de predomínio saquarema.<sup>4</sup> Em razão da assiduidade dos conservadores no poder, David Caldas acusava Dom Pedro II de nutrir um ódio profundo e implacável contra os liberais (Caldas, 1868, 26 de agosto, p. 2).

A questão é retomada quando o jornalista comenta a queda do Gabinete chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos,<sup>5</sup> em julho de 1868. Zacarias de Góis assumiu a posição em agosto de 1866 e foi retirado do poder pelo imperador Dom Pedro II, em razão de três fatores principais: 1) a enorme emissão de papel moeda em 1867, realizada por conta dos custos da guerra em curso contra o Paraguai, que superaram a receita orçamentária; 2) as dissidências com o então marquês de Caxias,<sup>6</sup> que comandava o Exército Brasileiro na guerra e acusava o governo de permitir a escassez de suprimentos na frente de batalha e proceder com nomeações precipitadas para cargos no alto comando das Forças Armadas; 3) a rispidez no tratamento dispensado ao Banco do Brasil, visto que o governo instituiu políticas que reduziavam os lucros da instituição, além transferir a prerrogativa da emissão de moedas do banco para o Tesouro Nacional. Em resumo, “Pedro II optou por Caxias, pelo Banco do Brasil e pelo enfrentamento da questão servil” (Krause & Soares, 2022, p. 311), visto que as pressões internacionais sobre o Império pela adoção de uma agenda abolicionista (ou ao menos emancipacionista) eram enormes, em especial sobre a questão do ventre livre. Unindo-se às reivindicações mais radicais, que exigiam do Império a abolição imediata da escravidão, David Caldas se posicionou da seguinte forma em maio de 1869:

<sup>4</sup> Os membros do Partido Conservador eram também conhecidos como saquaremas.

<sup>5</sup> Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) foi um destacado político liberal brasileiro do século XIX. Por três vezes ocupou a presidência do Gabinete do Conselho de Ministros do Brasil, em passagens intercaladas entre os anos de 1862 e 1868. Sua saída do poder em 1868 marcada por uma grave crise política que reverberou pelos anos 1870 e 1880.

<sup>6</sup> Luís Alves de Lima e Silva (1802-1880), o Duque de Caxias, foi um importante militar e político do período imperial brasileiro. Ocupou em três ocasiões o cargo de presidente do Conselho de Ministros do Brasil e comandou o Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai. No exercício desta incumbência, desentendeu-se por algumas vezes com Zacarias de Góis e Vasconcelos, que no ano de 1868 era o chefe do governo brasileiro. A situação foi uma das principais causas para a crise política pela qual passou o Império naquele ano.

Acabemos com a escravidão, se queremos ser livres. Zombam dos direitos sociais a pretexto de corrigir escravos: e os livres aplaudem: isto é horrível. Abaixo a escravidão: os homens todos só serão livres e iguais e irmãos quando não houver escravos: só a força, só a tirania mantém a escravidão. Demos liberdade aos cativos. É tempo. Qualquer demora pode ser muito funesta, principalmente aos possuidores de escravos. Na América só o Brasil continua o bárbaro sistema da conquista; só ele possui escravos. Abaixo a escravidão: libertemos nossos irmãos do horrível bacalhau da polícia e dos bárbaros que se dizem seus senhores. Brasileiros, liberdade aos cativos. Só assim seremos livres e dignos da liberdade” (Caldas, 1869, 15 maio, p. 3).

A iniciativa do imperador, apesar da complexidade da situação e da necessidade de que fossem equilibrados interesses distintos, acabou por adquirir aspecto de golpe de Estado entre liberais e membros da Liga Progressista; ainda mais por conta do agravante de ter Dom Pedro II escolhido o Visconde de Itaboraí (um dos mais ilustres saquaremas dos anos 1850) para substituir Zacarias de Góis. Na prática, o que houve foi uma inversão partidária a partir da qual os “emperrados” foram alçados de volta ao poder. A Liga Progressista surgiu no começo dos anos 1860 justamente como alternativa política à predominância conservadora. Os ligueiros formavam um grupo heterogêneo composto por liberais e conservadores moderados, do qual fazia parte o derrotado Zacarias de Góis, cuja queda pôs termo à experiência política da Liga. Após 1868, o Partido Liberal foi reestruturado e de seu interior brotou uma ala radical que, em 1870, compõe os quadros republicanos. Percebe-se, então, por parte desses sujeitos, radicalização no protesto pela emergência de determinadas pautas, como a própria mudança de regime político. Para Sérgio Buarque de Holanda, a crise de 1868 marcou o começo da derrocada do Império. Trata-se do acontecimento que “produz uma clivagem na história política na monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime” (Holanda, 1971, p. 7).

Atento aos acontecimentos do Império, David Caldas criticou duramente a decisão de Dom Pedro II, caracterizando-a como estelionato político e, mais uma vez, afirmando que os liberais brasileiros enfrentavam perseguições. Seriam estes preteridos em favor dos conservadores:

El-rei Bibiano, o Estelionatário, deu um péssimo exemplo aos seus escravos; hoje não há cascudo que não queira embarcar a sua bisca ou cometer também o seu *estelionato* político. Querem, fraudulentamente, se apossar da bandeira gloriosa que, sendo dos liberais, não pode convir jamais àqueles que se *conservam* em obediência passiva ao seu rei e senhor. O estandarte fulgurante da liberdade só pode ser hasteado no arraial dos liberais; é isto uma verdade incontestável; entretanto os *cascudos* querem se apoderar dele (Caldas, 1868, 12 de novembro, p. 2).

Para Vinícius Leão Araújo, foi a completa discordância com a inversão partidária de 1868 que motivou David Caldas a radicalizar o seu discurso antimonárquico: “Seu desapontamento com as transformações bruscas operadas pelo imperador D. Pedro II na substituição dos gabinetes foi o estopim para que se posicionasse contrariamente ao sistema monárquico constitucional” (Araújo, 2021, p. 192). Em 1871, já com algum afastamento temporal dos acontecimentos e tendo podido observar as repercussões políticas da queda do Gabinete Zacarias, Caldas seguia inapelável na defesa da tese de que o imperador apresentava consistentemente fortes traços autoritários, reproduzindo o que também teria sido uma das principais características de Dom Pedro I enquanto homem público:

Daqui a 9 para 10 anos, verão os iludidos quanto foram fáceis em acreditar que podiam *democratizar* o filho de um déspota; mas, ainda não desenganados de todo, só de 1868 em diante é que chegaram à evidência de que a raposinha ingênua tornou-se ainda mais matreira e daninha de que o próprio pai dela!.... (Caldas, 1871, 14 de fevereiro, pp. 5-6).

Para David Caldas, mesmo sendo o Brasil uma monarquia constitucional, o regime político, na prática, era autoritário. A queda do Gabinete Zacarias, inclusive, foi um excelente exemplo de desrespeito do imperador às regras do jogo político. O enorme descontentamento do jornalista era demonstrado nas páginas da imprensa através de críticas diretas a Dom Pedro II.

As posições de Caldas relacionadas ao regime monárquico, provavelmente também possuíam forte relação com o iluminismo francês do final do século XVIII. Há, inclusive, uma atribuição póstuma de poderes proféticos a David Caldas após a Proclamação da República, por terem coincidido o ano da queda do Império (1889) com o nome do jornal fundado por Caldas em 1870 para disseminar a propaganda republicana: o *Oitenta e Nove*. A historiadora Teresinha Queiroz, entretanto, nega ao jornalista os tais poderes proféticos, atribuindo o título do periódico à “apropriação e divulgação de ideias iluministas no Piauí” (Queiroz, 2011, p. 303), o que ressalta o sentido revolucionário sugerido por David Caldas em seu jornal

O modelo de intelectual seguido por David Caldas, inclusive, converge com as reflexões de Rousseau sobre a utilidade dos pensadores para a sociedade. Segundo o filósofo iluminista francês, a produção de conhecimento e a circulação de ideias deveriam possuir uma finalidade prática:

Respondei-me, pois, filósofos ilustres, vós por intermédio de quem sabemos por que razões os corpos se atraem no vácuo; quais são, nas revoluções dos planetas, as relações entre áreas percorridas em tempos iguais; quais as curvas que têm pontos conjugados, pontos de inflexão e de retrocesso; como o homem vê tudo em Deus; como, sem comunicação, se correspondem a alma e o corpo, tal como o fariam dois relógios; quais os astros que podem ser habitados; quais os insetos que se reproduzem de modo extraordinário – respondi-me, repito, vós de quem recebemos tantos conhecimentos sublimes, se não nos tivésseis nunca ensinado tais coisas, seríamos com isso menos numerosos, menos bem governados, menos temíveis, menos florescentes ou mais perversos? Reconhecei, pois, a pouca importância de vossas produções e, se o trabalho dos mais esclarecidos de nossos sábios e de nossos melhores cidadãos nos proporciona tão parca utilidade, dizei-nos o que devemos pensar dessa chusma de escritores obscuros e letrados ociosos que, em pura perda, devoram a substância do Estado (Rousseau, 1999, pp. 204-205).

Não é possível afirmar que David Caldas leu em específico o *Discurso sobre as ciências e as artes*, de Rousseau. É certo, porém, que o piauiense, na integralidade da sua atuação intelectual, apresentou características que convergem para a reflexão do francês e para a própria natureza do movimento iluminista do setecentos. Parece claro que, nos inúmeros textos publicados por David Caldas nos periódicos, nas apreciações da política e da sociedade de sua época, assim como nos comentários sobre notícias nacionais e internacionais, o Caldas produziu conhecimentos novos que objetivavam impactar o espaço-tempo no qual estava inserido. Essa característica é observada não somente nas contribuições do autor à cultura escrita, mas também em sua inserção na política partidária e na atuação como pro-

fessor. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, observa que: “O ensino era uma de suas paixões, desde quando professor vitalício na aula pública primária na Vila de Barras, até próximo do fim de sua vida, quando dirigia colégio particular e se dedicava à alfabetização de adultos nas ‘aulas noturnas’, em Teresina” (Souza, 2010, p. 76).

Os periódicos *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove* também apresentam uma série de referências ao regime político dos Estados Unidos. O redator dos jornais formulou sua ideia de República arrimado em noções intelectuais originárias da política estadunidense. É perceptível nos periódicos, segundo o historiador Vinícius Leão Araújo, que: “A exaltação da democracia e da liberdade, a mudança de regime governamental, de forma ordeira e pacífica, visando ao estabelecimento da república conforme o exemplo ‘americano’ dos Estados Unidos” (Araújo, 2021, p. 203). No entanto, “o Brasil estava longe de ser como o modelo de República visado pelo escritor: os Estados Unidos”, em boa medida por conta da escravidão, mantida sob a pena de serem prejudicadas as bases agrárias e urbanas do Estado (Araújo, 2021, p. 209).

À constatação de Araújo sobre a percepção de Caldas com relação ao país norte-americano, pode-se somar a útil observação de Ana Regina Rêgo. Para a pesquisadora, a imprensa política do Piauí oitocentista atuava em torno da expectativa de ocupação das posições de mando. A busca pelo exercício do poder orientava a atuação dos sujeitos nos domínios da cultura escrita: “[...] tudo é contextualizado sob foco principal do poder. O poder almejado, o poder combatido, as forças que compõem o opositor, enfim, tudo pelo poder” (Rêgo, 2001, p. 313).

Exatamente nesse sentido, nos textos de David Caldas é possível encontrar inúmeras formulações sobre a educação, quase sempre buscando associar a baixa instrução popular a projetos autoritários de poder. Sua atuação na alfabetização de adultos em aulas noturnas é o perfeito exemplo de atividade intelectual pragmática, de uma perceptível busca por alinhar ideais específicos à realidade. O autor fez da arena política e da sala de aula, locais de atuação intelectual efetiva, de amplificação das mensagens por ele registradas nas páginas dos jornais, que encontravam dificuldades para alcançar segmentos sociais mais afastados da cultura escrita. O autor era bastante consciente do poder transformador da educação; assim como da capacidade, entre os que dirigem o ensino popular, de conservar as estruturas socioculturais. Dessa forma:

Aquele que puder dominar a educação de um povo, e conseguir dirigir a seu jeito a instrução de todas as classes sociais, este será necessariamente o senhor delas; senhor absoluto, senhor em toda a extensão da palavra!

Nas monarquias é isso muito fácil ao indivíduo, tornado um semideus, que tem em suas mãos a chave miraculosa de toda a organização política e social.

Nas repúblicas bem constituídas é necessário que o próprio povo, para que se torne senhor de si mesmo, dirija cuidadosamente, sem poupar nem um sacrifício, a própria educação e instrução; tudo em puro proveito da comunidade, como felizmente se pratica nos Estados Unidos.

Se o país real descarta de sua educação, sob princípios singelos, francos e moralizados, e se instrução carece aí de solidez e de bom senso, de balde ele lutará então contra a misteriosa corrente que o empuxa para um abismo insondável, cujo fundo pode conter – ou as fúrias da anarquia, ou o monstro insaciável da tirania coroada.

Desta verdade nos achamos intimamente convencidos (Caldas, 1872, 7 de dezembro, pp. 1-2).

Além disso, David Caldas estabelece uma relação entre ensino popular e progresso. Para o jornalista, educação primária de qualidade, à qual as grandes massas populacionais tivessem acesso, favoreceria o desenvolvimento material e civilizatório brasileiro:

O ensino popular é a nosso modo de ver a questão capital de todo o povo livre e culto como o nosso. Com efeito, de nada serviria que as primeiras classes da sociedade fossem muito instruídas, se a massa do povo, como se costuma dizer, permanecesse ignorante; por que a ignorância só origina o fanatismo estúpido, a relaxação de costumes e portanto a degradação de toda a sociedade. Um povo em que só é instruído o homem de comodidades e o pobre é ignorante, semelha um corpo leproso de cara bonita e limpa, mas cuja exalação torna-se repugnante. Um povo assim é vicioso, imoral, preguiçoso e de intenções brutais; falta-lhe a ideia do bom e do justo.

Perguntamos pois: a quem mais interessa a educação dessas massas? Sem dúvida à sociedade ilustrada, porque ela aproveitará necessariamente de seus benefícios.

Povo instruído é industrioso, digno, e compreende os seus deveres e seus direitos para consigo e para com a sociedade; cessa o fanatismo e finalmente a sociedade lucra em geral quando as massas aprendem os rudimentos que se ensinam em nossas escolas primárias.

Eis a razão por que insistimos sustentando que a sociedade ilustrada deve ser a mais interessada no ensinamento popular, isto enquanto à sua própria conveniência social (Caldas, 1874, 30 de junho, p. 1).

David Caldas, portanto, via na educação um instrumento que, para o bem e para o mal, possui o poder de redefinir os destinos de uma nação, uma vez que as forças políticas que controlam a instrução popular seriam dotadas de autoridade sobre diversos setores da sociedade – situação que se potencializava nas monarquias. Ter um povo instruído, por outro lado, seria pré-requisito para que qualquer país alcançasse o progresso.

A reflexão do autor, de 1874, ocorre em um momento no qual o Brasil enfrentava graves consequências financeiras após a dispendiosa participação na Guerra do Paraguai. A economia do país, entretanto, apesar da precariedade nas contas públicas, seguiu em frente após o conflito, sendo as últimas décadas de Império um período de excepcional crescimento material. De um modo geral, na segunda metade do século XIX são percebidas grandes transformações na economia brasileira. É o momento no qual o país ingressa na modernidade das práticas econômico-financeiras e assume as feições do capitalismo oitocentista, a partir do surgimento de uma série de empreendimentos como bancos, indústrias diversas, companhias de navegação a vapor, empresas de seguro, colonização, mineração, transporte urbano e gás; além de significativos investimentos na construção de ferrovias. A maioria desses empreendimentos, entretanto, foram subsidiados pela especulação que fora estimulada pela súbita liberação de capitais antes investidos no tráfico de escravizados, pela inflação de crédito e pelo aumento na impressão de papel moeda, ao longo dos anos 1850 e 1860. Apesar dos meios empregados (e também por causa deles), mesmo com as graves crises financeiras de 1857 e 1864, esse período deixou sólidos frutos: o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor, além do crescimento na agricultura a partir do café (Prado Júnior, 1998).

David Caldas era consciente da realidade brasileira no século XIX, um “século esclarecido” (Caldas, 1871, 16 de dezembro, pp. 1-2). O autor, em alguns de seus textos, demonstrava perceber que o mundo progre-

dia em diversos aspectos; e que o Brasil também. O país, no entanto, marchava a passos lentos por conta do histórico *fico* de Dom Pedro I, ou seja, da manutenção do regime monárquico (Caldas, 1872, 16 de janeiro, p. 4). Caldas frequentemente comparava o Império brasileiro à República estadunidense ou a algum país europeu, de modo a concluir que vivia em um lugar atrasado em relação aos grandes centros urbanos do mundo: vitrines do desenvolvimento técnico científico e da democracia. Desse modo, “acanhadas são as vistas de um improvisado publicista de aldeia (Teresina não passa disso, e bem pequeninha, comparada com Londres) onde não há *horizonte possível*” (Caldas, 1871, 16 de dezembro, pp. 1-2).

Apesar de considerar que vivia em uma pequena aldeia a partir da qual não se podia vislumbrar “*horizonte possível*”, David Caldas nutria muita esperança com relação ao futuro: a República haveria de chegar, o país se desenvolveria e uma educação primária de qualidade alcançaria os segmentos sociais menos abastados. O autor era um assumido defensor da noção de progresso, especialmente inspirado pela obra *Le monde marche*, de Eugène Pelletan<sup>7</sup>: “*Le monde marche*, como diz um célebre democrata francês: confiemos, pois, no futuro...” (Caldas, 1870, 14 de fevereiro, p. 4). Mesmo a persistência da monarquia “não nos faz, porém, descrever da marcha do mundo, nem da razão de Pelletan” (Caldas, 1872, 16 de janeiro, p. 4).

*Le monde marche*, de Eugène Pelletan, consiste na contribuição de um homem de ação aos debates sobre o progresso, que captura e reproduz o que considerava ser um grito do século XIX e adota postura menos de filósofo e cientista que de político. Pelletan foi um amigo próximo de Alphonse Lamartine (um dos atores que contribuíram para a instituição da Segunda República na França, em 1848) e do lugar de parlamentar firmou posição contra o governo de Napoleão III. Segundo a perspectiva do autor: “*Le monde marche, voilà le mot de la création, depuis le brin d’herbe jusqu’à l’étoile, et depuis l’étoile jusqu’à l’homme*” (Pelletan, 1858, p.1).<sup>8</sup> Em *Le monde marche*, estão reunidas correspondências enviadas a Lamartine nas quais Pelletan articula reflexões sobre o progresso e a situação política da França de sua época.

A partir desse posicionamento progressista, David Caldas entendia que a humanidade estaria a marchar irresistivelmente para dias melhores, mesmo que não fosse através de um trajeto retilíneo e uniforme. O jornalista chega a fazer o seguinte vaticínio, que sugere a percepção de que havia no mundo uma tendência de que as monarquias fossem todas substituídas gradualmente por Repúblicas democráticas, ao longo do oitocentos:

Já veem os leitores que o negócio tem ido à razão de um por cada ano!  
Pelo jeito que levam as coisas, em 1905 a Europa estará inteiramente limpa...sem nem um monstro coroadado, para semente ao menos.  
Nós ficaremos livres do SÁBIO muito breve, visto que é *único* neste vasto continente do Novo Mundo (Caldas, 1870, 5 de novembro, pp. 1-2).

<sup>7</sup> Eugène Pelletan (1813-1884) foi um escritor, jornalista e político francês. Foi eleito deputado em 1863 e reeleito em 1860; em 1884, ano de sua morte, foi eleito senador vitalício. Empreendeu forte oposição a Napoleão III e à participação na guerra contra a Prússia, sendo amigo bastante próximo de Alphonse Lamartine, um dos principais nomes envolvidos no estabelecimento da Segunda República Francesa, que durou de 1848 a 1852. As obras escritas por Pelletan versam, em boa parte, sobre as questões da política francesa na época contemporânea ao autor.

<sup>8</sup> “O mundo caminha, essa é a palavra da criação, desde a folha de grama até a estrela, e da estrela até o homem.” (Tradução livre dos autores).

O autor observa que o século XIX, até aquele momento (1870), havia sido marcado pela queda de diversos reis e figuras autoritárias europeias; e que todos tiveram como destino o exílio ou a prisão. A tendência teve início no final do século XVIII, quando Luís XVI foi guilhotinado em 1793 pelos revolucionários franceses e inaugurou uma época de rompimento com o absolutismo. No século XIX há uma crescente adesão a modelos políticos constitucionais, acompanhada de forte recusa ao autoritarismo absolutista. Tal contexto possibilitou a construção do regime que vigorou no Brasil até 1889. Mesmo que acompanhada do controverso Poder Moderador, a monarquia brasileira submetia mesmo o imperador às regras constitucionais e a uma participação assídua nas articulações político-partidárias (Slemian, 2009).

No tocante à propaganda republicana no Piauí, segundo Teresinha Queiroz, nota-se uma movimentação mais ampla na década de 1880, liderada pelos bacharéis formados na Faculdade de Direito do Recife (Queiroz, 2011, p. 303). Entre esses bacharéis, Clodoaldo Freitas acabou por se tornar mais um entre outros tantos republicanos históricos desapontados com a República que se instaurou no Brasil, a realidade esteve distante das idealizações dos anos 1870 e 1880 (Freitas, 2011, p. 89-92). David Caldas não viveu o bastante para ver as mazelas estruturais da Primeira República, mas também esbarrou inúmeras vezes na crueza da realidade em sua profissão de fé republicana, ao confrontar-se quase que isoladamente com as estruturas monárquicas já bem estabelecidas, sem conseguir agremiar um grupo ao seu entorno que fizesse com que a propaganda da República alcançasse maior repercussão na província. Entretanto, “se não havia um movimento formalmente organizado em torno de David Caldas, existia público e interesse pela crítica radical ao regime”, observa Teresinha Queiroz (Queiroz, 2011, 304). O jornal *Oitenta e Nove* possuía dezenas de assinantes (entre os quais, muitos inadimplentes) que proporcionavam uma pequena renda a David Caldas e, mais que isso, garantiam que as ideias republicanas, as críticas à monarquia e as percepções do redator sobre os processos que estavam em curso no mundo naquele momento circulassem pelo Piauí.

Nas páginas do periódico, os leitores deparavam-se com a insubordinação de Caldas nos domínios da linguagem, a utilização atípica de símbolos gráficos e uma escrita rica em argúcia. No jornal *Oitenta e Nove*, o público podia buscar informações, mas também entretenimento. Tal característica pode ser considerada como uma estratégia para potencializar a divulgação das principais pautas republicanas em um contexto no qual David Caldas formava um exército de um homem só. Não sendo possível vencer pela quantidade, recorreu-se, pois, a artifícios linguístico-retóricos. Salta aos olhos a sofisticação intelectual do autor, que, mesmo não conseguindo ingressar nas escolas superiores do Império, em razão das dificuldades materiais e familiares, mostra-se habilidoso na construção de seus textos. A escrita do século XIX era bastante peculiar, quando comparada a outros períodos, deve-se dizer, especialmente em periódicos predominantemente políticos. Tratava-se de uma escrita na qual muitas vezes eram utilizados pseudônimos e os escritores assumiam identidades diversas: provocavam, respondiam, treplicavam, alternavam entre os pseudônimos, apelidavam adversários. David Caldas, engenhoso com as palavras, assumiu vários papéis simultâneos naquele contexto histórico: escritor, político e professor convergiram na defesa de determinados ideais (Chaves, 2013, p. 469-472). Caldas chegou, inclusive, a aventurar-se pelo campo literário, ao inventar pequenos textos em prosa, sempre recorrendo à elaboração de analogias referentes a eventos e personagens históricos ou mitológicos (das mitologias grega e

romana). Em 16 de setembro de 1868, dois meses após a queda do Gabinete Zacarias, foi publicado n' *O Amigo do Povo* a prosa *O pigmeu e o gigante*, na qual o autor faz referência a Elissa de Tiro, que, segundo o mito de criação de Cartago, teria sido a primeira rainha cartaginesa (no século IX a.C.), que ficou conhecida como Dido, a estelionatária: provavelmente uma (nem tão) sutil recordação do “estelionato político” cometido por Dom Pedro II dois meses antes (Caldas, 1868, 16 de setembro, p. 3-4).

Os escritos de David Caldas, portanto, são bastante reveladores sobre a época na qual o autor viveu. Suas contribuições à cultura escrita explicitam importantes aspectos do período imperial brasileiro, além de possibilitarem acesso a um modelo pitoresco de jornalismo republicano das décadas de 1860 e 1870. A forma como o jornalista noticia eventos da geopolítica mundial e alguns dos processos pelos quais passava o Ocidente no século XIX, também qualifica os seus textos como fecundas fontes históricas para o estudo do trânsito de informações no Brasil oitocentista. O autor realizava mediações entre os acontecimentos da época e os leitores dos seus jornais, através de uma postura política e intelectual bastante intransigente. Parece ser esta uma chave analítica bastante fecunda quando se trata de estudar os periódicos *O Amigo do Povo e Oitenta e Nove*.

David Caldas captura, ainda, um momento no qual o Piauí ansiava pela presença efetiva do Estado. São abundantes, nos seus textos noticiosos, relatos sobre violências diversas no interior da província. Casos como severas agressões ministradas a mando de determinadas lideranças políticas ou policiais – além da suspeição das eleições e da precariedade do ensino público –, dão mostras de que Caldas percebia que o Estado ofertava uma assistência irrisória aos piauienses. O poder central, naquele momento, estava ainda se instalando em determinadas regiões, por meio do estabelecimento das instituições (Coser, 2008).

Os periódicos analisados também são fontes repletas de potencialidades para o estudo do David Caldas intelectual, que buscava utilizar textos e impressos de uma forma transformadora, ordenando o mundo através de sua prática escriturística – mas não somente através dela. Como homem de ação, fez-se também político e professor, tamanha era a sua urgência em garantir não apenas a própria subsistência, mas a aceleração da marcha através da qual o mundo rumava para dias melhores, com mais democracia e cidadania sob um regime político republicano.

## REFERÊNCIAS

Araújo, J. S. (2015). *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos... A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866)*. Teresina: EDUFPI.

Araújo, V. L. (2021). *Impressos de uma monarquia em abandono: modernização, escravidão e propaganda republicana na imprensa piauiense de 1868 a 1889* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Caldas, D. M. (1868, 28 de julho). Parte noticiosa. Projeto de lei. *O Amigo do Povo*, p. 4.

Caldas, D. M. (1868, 26 de agosto). Uma pura verdade. *O Amigo do Povo*, p. 2.

Caldas, D. M. (1868, 12 de novembro). Acabou-se a vergonha. *O Amigo do Povo*, p. 2.

Caldas, D. M. (1868, 17 de dezembro). Desejo. *O Amigo do Povo*, p. 1.

- Caldas, D. M. (1869, 15 de maio). Parte noticiosa. A escravidão. *O Amigo do Povo*, p. 3.
- Caldas, D. M. (1869, 16 de setembro). Variedade. Um pigmeu e um gigante. *O Amigo do Povo*, pp. 3-4.
- Caldas, D. M. (1870, 14 de fevereiro). Escola noturna. *O Amigo do Povo*, p. 4.
- Caldas, D. M. (1870, 17 de agosto). Consequências do abraço imperial. *O Amigo do Povo*, pp. 1-2.
- Caldas, D. M. (1870, 5 de novembro). Vão desaparecendo. *O Amigo do Povo*, pp. 1-2.
- Caldas, D. M. (1870, 17 de novembro). Triunvirato famoso. *O Amigo do Povo*, p. 3.
- Caldas, D. M. (1871, 14 de fevereiro). Variedades. Marvão e Chicago. *O Amigo do Povo*, pp. 5-6.
- Caldas, D. M. (1871, 16 de dezembro). Deplorável cegueira! *O Amigo do Povo*, pp. 1-2.
- Caldas, D. M. (1872, 16 de janeiro). Fico. *O Amigo do Povo*, p. 4.
- Caldas, D. M. (1872, 7 de dezembro). O Amigo do Povo. *O Amigo do Povo*, Teresina, pp. 1-2.
- Caldas, D. M. (1874, 30 de junho) Instrução popular. *Oitenta e Nove*, p. 1.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Chaves, M. (2013). *Obra completa* (2a ed.). Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Coser, I. (2008). *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ.
- Freitas, F. (2011). *Em roda dos fatos: crônicas* (3a ed.). Teresina, PI: Academia Piauiense de Letras; Brasília, DF: Senado Federal, 2011.
- Hobsbawm, E. J. (2019). *A era dos impérios, 1875-1914* (27a ed.). São Paulo, Paz e Terra.
- Holanda, S. B. (1971). *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: do Império à República* (Vol. 2, t. 2.). São Paulo, SP: DIFEL.
- Krause, T. & Soares, R. G. (2022). *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Pelletan, E. (1858). *Le monde marche* (2a ed.). Paris, FR: Pagnerre.
- Prado Júnior, C. (1998). *História econômica do Brasil* (43a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Queiroz, T. (2011). *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo* (3a ed.). Teresina, PI: EDUFPI.
- Queiroz, T. (2017). *Educação no Piauí: 1880-1930* (2a ed.). Teresina, PI: Academia Piauiense de Letras.
- Rêgo, A. R. (2001). *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Rousseau, J. J. (1999). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens/ Discurso sobre as ciências e as artes* (Vol. 2). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Santos, D. S. (2023). David Moreira Caldas: o reverberar da memória de um republicano. In Castelo Branco, P. V., Queiroz, T., Ferreira, R. & Sousa, T. M. L. S (Eds.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura* (pp. 241-255). Teresina, PI: Cancioneiro.
- Santos, D. S. (2024). “Viva o governo republicano, o único que pode fazer a felicidade da nação!”: David Moreira Caldas e as narrativas sobre o ideário republicano na imprensa piauiense (1868-1975). Universidade Federal do Piauí, Teresina: Brasil.
- Slemian, A. (2009). *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp.
- Souza, P. G. C. (2010). *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina, PI: EDUFPI.